

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA <i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS) <i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i> <i>Ronaldo Bordin</i> <i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES <i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA <i>Cassiane Chais</i> <i>Jaime João Bettega</i> <i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i> <i>Oberdan Teles da Silva</i> <i>Paula Patrícia Ganzer</i> <i>Pelayo Munhoz Olea</i> <i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Neimy Batista da Silva</i> <i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i> <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS <i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES <i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaella Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS

Gisele Caroline Ribeiro Anselmo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Faculdade de Serviço Social, Mossoró, RN

RESUMO: A adoção internacional requer dos “participantes” um longo percurso, tanto os pais adotivos como as crianças adotadas. A presente comunicação pretende analisar os percursos que as famílias italianas fazem para realizar a adoção internacional de crianças e adolescentes brasileiros. É parte do resultado de duas pesquisas qualitativas realizadas em duas universidades italianas: uma para a construção da Tese de doutorado defendida na *Università degli Studi di Roma Tre* e a outra para a construção da Dissertação de Mestrado defendida na *Università Ca’Foscari di Venezia*. O objetivo é tornar público os resultados destas pesquisas, buscando promover a adoção internacional e dar visibilidade ao percurso desenvolvido pelas equipes multiprofissionais e as famílias adotivas nos países de acolhida.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção Internacional, Famílias, Políticas Sociais, Crianças e adolescentes

ABSTRACT: International adoption requires “participants” a long way, both adoptive parents and adopted children. This paper intends to

analyze the paths that Italian families make to achieve the international adoption of Brazilian children and adolescents. It is part of the result of two qualitative researches carried out in two Italian universities: one for the construction of the Doctoral Thesis defended at the University of Rome and the other for the construction of the Master’s Dissertation defended at the University of Venezia. The objective is to make public the results of these surveys, seeking to promote international adoption and give visibility to the course developed by multi-professional teams and adoptive families in the host countries.

KEYWORDS: International Adoption, Families, Social Policies, Children and Adolescents

1 | INTRODUÇÃO

A adoção internacional requer dos “participantes” um longo percurso. Por um lado, dos pais adotivos que após a frustração da não gestação biológica (após esgotarem-se todas as tentativas naturais e de reprodução assistida), devem conhecer todos os caminhos possíveis desse longo percurso que é a adoção internacional, desde a fase administrativa-burocrática pré-adotiva até a viagem para o país de origem da criança que é o momento em que a nova família se molda. Do outro lado, temos as

crianças que realizam um primeiro percurso na família biológica (gestação, nascimento, abandono, destituição do poder familiar, etc.) e após a adoção internacional precisam realizar a viagem em direção ao novo país de acolhida e devem seguir o caminho da integração na família adotiva e na sociedade de acolhimento. Dois percursos que se encontram, se entrelaçam com o objetivo de formar uma nova família.

A presente comunicação pretende analisar os percursos que as famílias italianas fizeram para realizar a adoção internacional de crianças e adolescentes. É o resultado de duas pesquisas qualitativas: uma realizada para a construção da Tese de doutorado que objetivou analisar as políticas de adoção internacional na Europa (Itália, Espanha e França), e a outra é o resultado da pesquisa realizada para a construção da Dissertação de mestrado que objetivou analisar as razões macroestruturais das políticas voltadas às famílias sob a égide do neoliberalismo globalizado como uma das razões para o acirramento da pobreza e conseqüentemente a adoção de crianças brasileiras por famílias italianas.

Para a construção da Dissertação de mestrado, realizou-se um estudo de caso, em 2011, na Comuna de Pádua (Nordeste da Itália) com oito famílias italianas que adotaram crianças brasileiras, entre o período de 2004 e 2009. Estas famílias foram acompanhadas pela Equipe Adoção, uma equipe multi-profissional da unidade sócio territorial da Comuna (cidade) de Pádua, órgão público especializado que trabalha com as famílias que desejam adotar e com as famílias adotivas, onde a autora fez um estágio profissional de pelo período de 12 meses. Também foi realizada uma pesquisa, em 2012, na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional CEJAI/RJ, órgão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro onde foram entrevistas profissionais (assistentes sociais e psicólogas) que trabalhavam com os processos de adoção internacional de todas as crianças do Estado do Rio de Janeiro.

Para a Tese de doutorado, optou-se por entrevistar, entre os anos de 2015 e 2016, os representantes das Organizações credenciadas mediadoras da adoção internacional, por elas conhecerem com proximidade tanto as famílias adotivas, como a realidade dos países de origem das crianças que foram adotadas. Na realidade italiana, foram entrevistadas sete representantes de Organizações credenciadas, das 62 existentes. As organizações que participaram desta pesquisa trabalham com crianças provenientes dos seguintes países: Chile, Hungria, Vietnã, República Popular da China, Paquistão, Federação Russa, Polônia, Ucrânia, Bulgária, República Dominicana, Honduras, República do Haiti, Colômbia, Peru, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Quênia, Sri Lanka, Burkina Faso, Etiópia, Índia, Cazaquistão, Nepal, Tailândia, China, Moldávia, Armênia, Senegal, Coreia do Sul e Letônia.

Este capítulo está dividido em mais quatro sessões que têm a pretensão de apresentar o percurso adotivo das famílias italianas que adotaram crianças brasileiras, não temos a intenção de abarcar todas as possíveis e complexas facetas da adoção internacional, somente a de descrever e analisar alguns pontos que foram salientados

nas pesquisas realizadas pela autora no período de formação profissional e acadêmica na Itália, com o objetivo, como já mencionado anteriormente, de procurar socializar o conhecimento da realidade italiana aos profissionais e pesquisadores brasileiros.

2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

A prática da adoção sempre esteve presente nas mais diferentes sociedades e culturas como resposta ao desejo de um casal estéril de ter um filho ou um herdeiro. Adotavam-se pessoas adultas, com o objetivo de ter um herdeiro do patrimônio familiar ou por motivos religiosos ou políticos. A adoção de crianças é um fato relativamente recente na nossa história. E, quando esta prática se popularizou, eram as crianças recém-nascidas ou muito pequenas as que os casais adotavam, tentando em muitos casos, esconder a adoção da própria criança adotada e da sociedade, transformando o tema em um tabu.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) aconteceu uma profunda mudança nesta prática. Iniciou-se a conceber a adoção como um direito da criança e do adolescente a ter uma família. Foram as experiências das adoções inter-raciais e internacionais que aconteceram durante este período a romper com o modelo tradicional da adoção. Imigraram crianças provenientes do Japão, Itália e Alemanha em direção às famílias dos Estados Unidos, da Suécia e da Austrália.

Neste período, inicia-se a repensar a nível mundial o papel das crianças no interior das famílias. Observa-se que as crianças começam a ser o “centro” da adoção e não mais os casais adotivos. As adoções são concebidas como a necessidade da criança de estar dentro a uma família e não mais somente o desejo de um casal estéril em ter um filho.

A adoção internacional se desenvolveu rapidamente e se tornou uma realidade na Europa, principalmente, nos anos 60. Através dos “mediadores” que eram normalmente missionários religiosos, advogados, entre outros. As famílias europeias conseguiam ter contato diretamente com as famílias biológicas ou com os institutos que disponibilizavam as crianças nos países do Sul, da Ásia e do Leste do mundo (da América latina, África, Ásia, países do Leste Europeu). Com o crescimento da “demanda” por crianças, aumentou-se também o tráfico e a venda das mesmas em todo o mundo.

Buscando encontrar uma solução jurídica ao “mercado” que se criou a nível internacional foi promulgada a Convenção de Haia de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional. A partir deste momento, tanto os países de origem das crianças, como aqueles de acolhida que retificaram a Convenção, precisaram seguir precisos procedimentos além de reconhecer a adoção dos países signatários. Cada país, deve ter uma Autoridade Central e os Organismos/Entidades de Adoção Internacional como mediadores para

seguirem o procedimento da adoção internacional.

Atualmente, nos países ocidentais, o instituto da adoção se insere no sistema de proteção das crianças e adolescentes e é realizada somente no interesse da criança. Em alguns países, principalmente, os muçumanos, o instituto da adoção é proibido por motivos religiosos. Realiza-se a denominada *Kafala*, que é um instrumento de proteção dos menores. Estas crianças vivem com uma família substituta que as tutelam, mas não rompem os laços com a família biológica. Na Europa, existe uma grande discussão sobre este tema. Muitas famílias muçumanas que realizam o *Kafala* nos países de origem podem ter dificuldades após a imigração nos países europeus de acionarem a reunificação familiar destas crianças.

O fenômeno da adoção mudou profundamente nos últimos anos. O fluxo migratório das crianças adotadas provenientes dos países periféricos (Leste Europeu, América do Sul, África e Ásia) em direção aos países europeus sofreu uma importante inflexão. Os motivos são os mais variados, mas principalmente pela diminuição do número de crianças adotáveis no mundo. Isso é positivo? Esta é uma difícil resposta. Uma possível resposta é que os países de origem das crianças nos últimos anos tentaram desenvolver sistemas de proteção a nível local mais fortes, incentivando as adoções nacionais e tutelando mais as famílias biológicas. Especialistas sobre o tema como Peter Selman (*Newscastle University*), Elizabeth Bartholet (*Harvard Law School*), Adam Pertman (*Donaldson Adoption Institute*) afirmaram em uma entrevista intitulada *International adoptions in decline as number of orphans grows*, concedida à CNN, em 2013, que o declínio não se deve a menos órfãos em todo o mundo, nem à pouca demanda de futuros pais. É devido à crescente regulamentação e o crescente sentimento em países como a Rússia e a China (principais países de origem das crianças adotadas a nível mundial) contra o envio de órfãos ao exterior. Eles afirmam que na realidade, o número de órfãos está crescendo a nível mundial, mas ao mesmo tempo, a causa da globalização, existe uma força significativa de oposição à adoção internacional. Os países de origem das crianças se sentem constrangidos por não realizarem políticas de proteção à infância e a adoção internacional seria uma demonstração pública a nível mundial da incompetência político-administrativa.

3 | AS FAMÍLIAS ADOTIVAS ITALIANAS: DA INFERTILIDADE À ADOÇÃO

As famílias adotivas seriam diferentes dos outros modelos de família? Existe um modelo de família a seguir? Acreditamos que não existe um modelo de família a ser seguido, que cada família constrói modos diferentes de ser e de se relacionar em acordo com suas especificidades.

Chiara Saraceno (1988, p. 8) acredita que a família é uma construção social, legal e normativa e não uma questão de natureza. São as leis que definem quais relações sexuais ou geracionais são familiares ou não.

A família revela-se um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social de eventos e relações aparentemente mais naturais. É dentro das relações familiares, de fato, assim como são socialmente definidas e normalizadas, que os mesmos eventos da vida individual que parecem pertencer à natureza recebem seu significado e através disso são entregues à experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação. (SARACENO, 1988, p. 8 - tradução nossa)

A autora afirma que são as normativas (sociais, religiosas, jurídicas) que constroem a família, que a reconhecem e a modelam. São eles que decidem o que é considerado socialmente legítimo e o que não é: a adoção, a heterossexualidade conjugal, a homossexualidade, a fecundação assistida, etc. (SARACENO, 2012, p. 22). Deste modo, ainda segundo a autora, a construção da “família” é socialmente e historicamente modificada de acordo com aquilo que no tempo tem sido considerado socialmente aceitável e principalmente, de acordo com as pressões que indivíduos e grupos, que mesmo minoritários podem conseguir se fazer ouvir na sociedade onde vivem.

Esse aspecto é importante para o nosso trabalho. Os regulamentos sobre a política de adoção nos mais diferentes países descrevem quem pode ou não acessar essa política. Geralmente, o acesso é considerado de acordo com o que se entende por família nestes diferentes países. Um exemplo é a família homossexual. Na França, na Espanha e no Brasil, por exemplo, o casal homoafetivo pode apresentar sua disponibilidade para a adoção, porque nesses países, a união entre duas pessoas do mesmo sexo não só é regulamentada, como prevê a possibilidade de adoção. Na Itália, esse modelo familiar adquiriu recentemente alguns direitos civis, mas não o de acessar a política de adoção.

Não existe um modelo familiar único e a família adotiva é uma forma particular de família. A descrição de Palacios, Leon e Sanchez-Sandoval (2007, p. 14) é muito interessante a este respeito:

Ser uma família adotiva é, em primeiro lugar, ser uma família. Ser uma família de adoção internacional é, antes de tudo, ser uma família adotiva. A adoção em geral, e a adoção internacional em termos concretos, constituem uma forma familiar peculiar que envolve certas circunstâncias e alguns desafios que devem ser enfrentados, alguns comuns entre as diferentes formas de adoção e outros específicos da adoção internacional. (PALACIOS; SANCHEZ-SANDOVAL; LEON, 2007, p.14 – tradução nossa)

Esta forma de família tem algumas peculiaridades que as famílias formadas pelos laços de sangue não tiveram que enfrentar. Principalmente quando se trata da parentalidade a qual foi controlada pelo Estado a partir do momento em que os pais adotivos iniciaram o longo processo administrativo e burocrático. Uma família formada por laços de sangue não passa, normalmente, por todo o processo de avaliação de habilidades parentais antes da concepção da criança biológica. Para os pais biológicos, essa “vigilância” social, cultural e às vezes administrativa geralmente começa após

concepção e/ou o nascimento da criança.

Para a família adotiva, o acompanhamento começa com o desejo de se tornarem genitores adotivos, geralmente após várias tentativas fracassadas de terem filhos biológicos, tanto naturalmente quanto com procedimentos médico-terapêuticos. A adoção na maioria dos casos não é a primeira escolha para ter filhos. Anna Ferraris (2002, p. 17) afirma que a maioria dos casais reflete muito antes de decidir sobre o caminho para a adoção: “como uma semente, a ideia se esconde na mente de um ou ambos os membros do casal, se desenvolve, cresce, adquire energia. Se falam. Se informam” (FERRARIS, 2002, p. 17 – tradução nossa). Essa fase, segundo Ferraris, pode durar cerca de um ano antes da primeira telefonada de contato com os serviços territoriais locais. Em entrevista a Elisa Azeglio, representante da Organização credenciada para a adoção internacional Network Aiuto Assistenza Accoglienza Onlus (NAAA), ela nos informou:

A maior parte das famílias que se dirigem a nós não conseguiram ter filhos biologicamente. Em muitos casos, os casais decidem não fazer outras tentativas alternativas (fecundação entre outros) ou, em outros casos, estas tentativas não tiveram um êxito positivo. (Elisa Azeglio, Network Aiuto Assistenza Accoglienza Onlus (NAAA), tradução nossa)

Um dos casais que adotou crianças brasileiras que entrevistamos em 2011, a Pádua, nos falou sobre como foi a decisão de adotar, como podemos ver a seguir:

A ideia nasceu entre nós nos olhando uma noite na cama, ele estava com medo de me dizer e eu estava com medo de dizer a ele para não ferir sua sensibilidade e etc. porque era uma coisa nossa desde quando éramos namorados, essa ideia de que iríamos tomar este caminho após o segundo, terceiro, quarto [filho] mas depois vieram as dificuldades e nos colocou de frente realmente à realidade da coisa, nós nos encontramos a não querer mais conversar sobre este assunto, mas desta forma não conseguíamos colocar isto para fora ... então uma manhã nos olhamos e tomei a coragem nas mãos, [e disse] “Desculpa, mas, se quando éramos namorados tínhamos este projeto” [ele respondeu], “mas você está brincando?”, ele fez um sorriso assim, (...) porque não tentado outras vias, (...) para nós nunca foi o último recurso, eu gostaria de salientar porque é realmente com o coração que nós fizemos isso, você entende? E investimos toda a nossa energia em um projeto maior, na minha opinião.

Antes de iniciar o caminho adotivo, os aspirantes pais devem percorrer uma longa jornada de conhecimento das motivações que levam à adoção. Entender qual é o perfil das crianças adotáveis no mundo, por que elas foram abandonadas, se existe realmente a possibilidade de acolher como filho uma criança nascida de outra mãe, de uma outra família e muitas vezes nascida em outro país.

Ferraris (2002, p. 20) afirma que os aspirantes pais também devem seguir um caminho intrapsíquico que os psicólogos chamam de “elaboração do luto”:

Elaborar o luto, a sensação de perda, do filho desejado e nunca nascido é uma passagem obrigatória para muitos casais adotivos, que para estarem abertos e

disponíveis para o “outro filho” devem primeiro ter superado a dor de não terem tido um filho biológico. Essa superação acontece mais facilmente se se foi capaz de sofrer, de tolerar o sofrimento em vez de negá-lo. (FERRARIS, 2002, p. 20– tradução nossa)

Somente depois de passar esta fase que os aspirantes pais adotivos podem iniciar o processo administrativo e burocrático para ter a aprovação do Estado para poderem se candidatar a parentalidade adotiva. Esse caminho não garante a implementação da adoção ao final do percurso.

O que se observa nesta pesquisa é o fato de que, nos países estudados, foram feitas tentativas para desenvolver procedimentos que visem garantir maior informação e preparação dos futuros pais para a adoção. Acontece que muitas pessoas ou casais, após a primeira etapa informativa (na qual conhecem a realidade das crianças adotáveis, quais são os países de origem, o perfil das crianças, os custos, etc.) decidem não continuar o percurso adotivo (de 30 a 50% dos casos). Os serviços territoriais são muito realistas com os aspirantes à adoção. Para os representantes das Organizações credenciadas este é um fato muito positivo. Informar quais são as reais problemáticas e os reais perfis para a adoção é o primeiro passo para evitar adoções fracassadas, devolução de crianças por casais que não foram preparados adequadamente sobre as possíveis problemáticas da adoção. Percebe-se que quanto mais os aspirantes à adoção compreendem o real perfil das crianças adotáveis, mais fácil são os instrumentos que eles adquirem a nível pessoal e afetivo para o melhor caminho em direção à acolhida de crianças que têm realmente a necessidade de serem adotadas.

4 | OS PROCEDIMENTOS PARA A ADOÇÃO: NEM TODOS PODEM ADOTAR

A Itália é um dos países europeus que tem as condições mais restritivas para a adoção. No artigo 6 do Regulamento normativo são descritos os requisitos:

- Casais casados há pelo menos 3 anos ou com comprovada união estável e posterior matrimônio pelo período mínimo de 3 anos (sem períodos de separação);
- Casais que sejam avaliados como afetivamente idôneos e capazes em educar, instruir e manter as crianças que pretendem adotar;
- A idade dos adotantes deve ser de pelo menos 18 anos e não mais que 45 anos em relação ao adotado.

Como explicado acima, apenas casais que permaneceram estáveis por pelo menos três anos e que sejam casados oficialmente podem solicitar a adoção. Casais que preferem a união estável não podem adotar. O mesmo se aplica a pessoas solteiras e casais homoafetivos. Este é um fator de diferença entre a legislação de alguns países europeus como a Espanha e a França e em relação ao Brasil, restringindo deste modo a somente modelos conservadores de famílias nucleares formadas por

casais compostos de um homem e uma mulher declarados heterossexuais.

Os casais que escolhem o caminho adotivo relacionam-se com diferentes instituições públicas e privadas. Nesse processo, os casais adotivos decidem qual caminho tomar: adoção nacional, adoção internacional ou ambos. Os casais que decidem apenas pela adoção nacional terão um relacionamento com a Equipe de Adoção (ou com os serviços sociais do município onde moram) e com o Juizado de Menores. Aqueles que desejarem solicitar a adoção internacional devem também entrar em contato com os Organismos Credenciados para a Adoção Internacional que são responsáveis por seguir estes procedimentos e fazer a intermediação entre os órgãos italianos e os órgãos do país de origem da criança que será adotada.

A seguir, veremos em detalhes este processo:

1. Procedimentos preliminares: cursos informativos-formativos para a sensibilização à adoção. Estes cursos que são obrigatórios os casais são informados sobre os procedimentos administrativos e burocráticos, além do perfil das crianças adotáveis tanto a nível nacional quanto a nível internacional. São realizadas duas etapas. A primeira, nos órgãos públicos com informações gerais. A segunda, diretamente nos Organismos Credenciados. Os aspirantes pais são convidados a participarem do maior número possível de encontros também para decidirem qual organização escolher para acompanhar o processo de adoção e o país de origem dos filhos.

A professora Ana Berástegui do Instituto Universitário da Família (*Instituto Universitario de la Familia*) da Universidade Comillas de Madrid, nos concedeu uma entrevista para esta pesquisa, ela nos explica que neste período entre 30% e 50% das pessoas interessadas desistem de formalizar o pedido de adoção quando conhecem as reais características das crianças adotáveis:

(...) acredito que deve existir um motivo para a re-planificação do projeto adotivo. Alguns aspirantes pais adotivos desejam adotar crianças com características muito diferentes da realidade das crianças adotáveis. Estas pessoas devem realizar um percurso de mudança do próprio projeto adotivo em acordo com as crianças que temos. No caso em que restam com os mesmos desejos podemos fazer com que eles reflitam. Vemos um número importante de famílias que no processo de formação para a idoneidade abandonaram o processo de adoção. Estes números não se veem nas estatísticas como categorias de “famílias não idôneas”, porque na realidade foram eles mesmos que se retiraram quando entenderam que não existem as crianças que eles desejam. (Ana Berástegui, *Instituto Universitario de la Familia*, tradução nossa)

Assim, é de suma importância que os profissionais que trabalham nas equipes especializadas em adoção sejam muito bem qualificados e que possam realizar reuniões de formação que deem aos aspirantes pais o real panorama da realidade do perfil das crianças adotáveis hoje no mundo fazendo com que os candidatos a pais adotivos tenham total dimensão do percurso que pretendem realizar.

2. Disponibilidade à adoção: após frequentar todos os cursos preparatórios, os casais que desejam realizar a adoção, reunirão todos os documentos que estão

na lista do Juizado de Menores da sua repartição domiciliar e farão um comunicado de “disponibilidade à adoção” ao Juiz, informando se desejam realizar uma adoção nacional, internacional ou se está disponível a ambas. Após a apresentação desta “comunicação de disponibilidade à adoção”, o Juiz irá encaminhar o caso aos serviços sociais territoriais da residência do casal, seria um órgão muito similar aos nossos CRAS no Brasil para que realizem uma avaliação psico-social do casal. Nas Comunas (cidades), será uma equipe formada por assistentes sociais e psicólogos a realizarem este estudo. O estudo com os pareceres do assistente social e outro do psicólogo será encaminhado ao juiz. Cada Região realiza esta etapa com procedimentos diferenciados.

3. A decisão do Juizado de Menores: após uma reunião dos juízes com o casal que se declarou disponível a adoção e após ter analisado o estudo psico-social dos profissionais, a decisão final sobre a “idoneidade” será a do Juiz. No caso italiano, participam deste processo um Juiz de Menores e um Juiz honorário (um especialista no setor de Crianças e adolescentes). No caso o casal seja avaliado com os requisitos para a parentalidade adotiva, será emitido um “decreto de idoneidade”. Após esta fase, o casal terá 12 meses para decidir qual Organismo Credenciado se filiar para continuar o processo adotivo.

4. Organismos Credenciados para a adoção internacional: são os intermediadores entre os órgãos oficiais do país dos aspirantes pais adotivos e do país do(s) futuro (a) (s) filho (a) (s). Na Itália, em agosto de 2018, existem 59 Organismos denominados Enti Autorizzati (Entes Autorizados). Somente um é público, todos os outros são organizações sem fins de lucro.

Em conformidade com a Convenção de Haia de 1993, os organismos credenciados não devem ter finalidade de lucro e devem ser compostos de pessoas qualificadas para operar no âmbito da adoção internacional.

Os organismos têm como objetivo facilitar o encontro entre os pais adotivos e as crianças adotáveis no mundo. Eles tem alguns deveres, entre os quais: informar e formar os aspirantes casais adotivos ao percurso adotivo; realizam todos os procedimentos administrativos tanto da Itália, quanto no país de origem dos futuros filhos; são os principais interlocutores entre a autoridade competente do país de origem dos filhos e os aspirantes pais, principalmente, a partir da proposta de uma criança adotável ao casal aspirante à adoção. São os que acompanharão os casais desde a partida da Itália até o retorno com os filhos, facilitando todas as etapas técnico-administrativas. Acompanharão as famílias adotivas até o final do período pré-determinado do país de origem da criança que pode ser de alguns meses ou pode durar muitos anos (depende de cada país).

5 | O ENCONTRO COM O FILHO ADOTIVO

Escolher qual Organização credenciada confiar o percurso adotivo é uma questão importantíssima para os futuros pais adotivos. Não a caso, eles têm 12 meses de tempo após o decreto de idoneidade. Cada organização trabalha com um número limitado de países de origem das crianças e escolher a organização também irá determinar de qual país será o futuro filho. Dos resultados da nossa pesquisa, as famílias decidem qual será o país de origem do futuro filho, principalmente pelos seguintes motivos: por conhecer o país por ter passado férias ou trabalhado, conhecer uma experiência positiva de adoção com criança oriunda daquele país, ter algum familiar ou conhecido daquele país. Outra questão é o casal estar dentro dos critérios de seleção estabelecidos pelo país escolhido, como por exemplo, idade, tempo de casamento. Veremos a declaração de uma representante da Organização credenciada *Associazione Arcolabeno Onlus*:

A zona do mundo que o casal se dirige é decidido em relação aos aspectos culturais, simpatia, preferências pessoais, relações familiares de um dos companheiros.

(...) Hoje a Europa do Leste é muito escolhida por ser uma etnia “mais europeia”, e também porque as distâncias são menores e o tempo de permanência que o casal deve ficar no país de origem da criança são menores. A América Latina requer um tempo de permanência muito longo. O tempo de permanência deve ser o mais fácil possível por questões familiares e de trabalho. É determinante para a escolha do país. (Bruna Rizzato, Associazione Arcolabeno Onlus – tradução nossa)

Ao entrevistar os casais na Comuna de Pádua, em 2011, muitos escolheram o Brasil por terem uma visão muito positiva das pessoas latino-americanas. Outros casais, escolheram o Brasil por desejarem adotar mais de um filho, grupo de irmãos, como podemos ver a seguir:

(...) fizemos essa escolha porque eles [Organização credenciada] nos disseram que no Brasil havia mais chances de ter casais de irmãos do que filhos únicos, que na verdade ali se adotava até grupos de irmãos, que poderiam ser até mais de dois, em síntese. Enfim, pedimos por dois ... Por que não? ... Porque na verdade não poderíamos adotar mais, enfim!

Após a decisão do país, existe um longo período de espera até o encontro com os filhos. Dependendo do perfil selecionado pelos aspirantes pais adotivos e da realidade das crianças adotáveis no país de origem, este período pode durar muitos anos. As Organizações têm como uns dos deveres o de promoverem encontros sistemáticos de preparação dos casais com encontros formativos-informativos, além, de cursos de língua, encontro com famílias que já adotaram naquele específico país. Um dos casais que entrevistamos nos contam como esta fase de espera pode ser muito difícil:

(...) Demorou muito tempo, e quando você menos espera, o telefone toca ... porque, agora eu não lembro exatamente o tempo, mas desde que começamos com a ULSS [Unidade local sócio-sanitária] de Padova, passaram quatro anos e meio. Tempo médio, isto é, há aqueles que esperam menos, há aqueles que esperam mais. Saber disso é uma coisa, vivê-los são tempos longos! O último estágio é o

mais difícil porque você não pode fazer nada. Só depende se alguém decide de pegar o seu dossiê e, misteriosamente, magicamente, “anexar”.

Não entender como exatamente se desenvolvem os processos nos CEJAI do Brasil causa muita angústia aos profissionais dos Organismos Credenciados e às famílias que esperam por uma resposta. Os casais “em situação de espera” acabam conhecendo as outras famílias que estão na mesma situação e inevitavelmente, comparam o tempo dos procedimentos. Muitas vezes não conseguem entender porque um casal que apresentou a documentação ao CEJAI antes possa esperar mais tempo que outros casais.

A partir do momento em que a Autoridade competente do país de origem da criança decide qual casal é mais adequado a acolher aquela específica criança será o Organismo credenciado a realizar a intermediação e apresentar as características da criança ao casal. Eles terão alguns dias para decidirem se poderão acolher aquela específica criança. Se a decisão for positiva, iniciará o processo de apresentação do casal à criança. Dependendo da idade da criança, foram enviados álbuns de fotografia, alguns presentes.

A partida para o Brasil e o período em que eles permanecem são acompanhados por representantes da Organização no Brasil. Os casais permaneceram por um período mínimo de 48 dias até o máximo de 75 dias em período de convivência no Brasil. Os casais que ficaram mais tempo no Brasil permaneceram por motivo de recesso no Judiciário para as festas Natalinas. Para a maioria dos casais este é o período mais complexo e o mais importante para estabelecer os primeiros laços com os filhos. Na maior parte das vezes, o primeiro encontro com o(s) filho (s) foi na instituição de acolhimento onde a criança vivia, poucos casos foram no Tribunal de Justiça.

Alguns se surpreenderam com os laços afetivos que foram criados entre os profissionais da instituição e a criança, como podemos ver no seguinte relato:

(...) Quando visitamos este centro pela primeira vez também tivemos a oportunidade de levar P. conosco, percebemos que os assistentes apesar de serem pessoas humildes, eram muito calorosas, choravam com as lágrimas quando o levamos embora. Elas tinham realmente as lágrimas! Eles choraram! Não parecia verdade, mas todos elas! Havia quatro ou cinco... todas elas! Para não mencionar a diretora que também nos abraçou muito forte (...)

Após todos os trâmites burocráticos no Brasil, as famílias, agora oficialmente pais e filhos seguiram para a Itália. A família alargada e os amigos mais próximos participaram ativamente da acolhida na Itália, como podemos ver no seguinte relato:

Eles foram em massa ao aeroporto. As duas famílias vieram ao aeroporto para buscá-lo. E no momento de entrar no carro todo mundo o queria “vem comigo, não comigo”. E nós não tivemos nenhum problema. É bem-vindo por todos. (...) podemos contar com todo mundo

Luisa Quaranta, profissional que trabalha no Centro Italiano Aiuti all’Infanzia (CIAI) nos mostra que a adoção é um processo complexo e que as famílias precisam de um acompanhamento intenso, principalmente, no primeiro período na nova família:

Após a chegada na Itália, inicia-se a inserção na família e na sociedade. Todos devem aprender. A criança deve aprender tudo: a língua, os sabores, os perfumes, as cores, os hábitos. Lembramos das crianças habituadas a caminhar descalças ou com pouca roupa. Duas pessoas que pretendem de serem chamadas de mamãe e papai... como será? Pensamos às crianças que sofreram maus-tratos e abusos, como pode ser delicado o contato físico? Muitas vezes as crianças se retraem quando recebem um carinho ou um abraço. A criança deve decidir em adotar estas duas pessoas. Se isso não acontece, a adoção pode vacilar. Isto acontece em família. Os pais devem aprender a ser flexíveis, compreendendo que se trata de crianças que foram abandonadas, que chegam com uma mala muito pesada e devem aprender a criar confiança. Existem reações também violentas da parte das crianças. Existem casais que receberam mordidas, chutes e foram rejeitados. Quando aprendem a falar, as crianças podem dizer: “você não é a minha mãe de verdade”. As crianças nos colocam à prova.

Nós, Organização, acompanhamos estas três, quatro pessoas a se tornarem uma família, sobretudo nos momentos difíceis ou de crise. Não aprendemos de um dia para o outro. Esta nova família sabe que pode contar com a gente. Sempre foi assim e é ainda mais agora sobretudo porque as crianças que chegam adotadas são muito mais vulneráveis que antes. Então é fundamental que a família seja acompanhada. Tudo isto vale seja para as crianças grandes como para as pequenas, ao contrário do que se pensa as crianças grandes têm um tal desejo de ter amor que se adaptam e colaboram muito mais que as pequenas. Um dos principais elementos para a autoridade estrangeira é também a rede de parentes e amigos da família que possa apoiar o casal. É importante que o casal que adota não reste isolado. (Luisa Quaranta, CIAI, tradução nossa)

Como podemos observar das palavras de Luisa Quaranta, a adoção não acontece em um único sentido. Também as crianças precisam decidir e escolher adotar estes novos pais.

Nos casos que analisamos, as crianças aprenderam rapidamente a língua italiana. Em todos os casos a inserção na escola foi importantíssima para o acolhimento na comunidade em que vivia e para a socialização, como podemos ver nos trechos a seguir:

A inserção foi feita após dois meses de chegada na família, apesar de já ter completado seis anos, decidimos de coloca-la por alguns meses na creche somente para começar a frequentar as crianças da sua idade e aprendesse a língua italiana. A inserção foi muito fácil dada a “solaridade” da criança e a sua capacidade de sempre compreender as coisas boas e belas. No entanto, sua vivacidade às vezes era “incontrolável e excessiva” no começo!!!

Uma outra família nos contou como foi a experiência:

concordamos com um professor que ele frequentaria as horas (entre aspas) mais simples: música, desenho, ginástica, onde a língua não era muito importante e isso nos serviu para a socialização.

Em todos os casos que entrevistamos as crianças estavam na Itália há mais de três anos, alguns, já iniciavam a fase da adolescência. Dos dados que conseguimos recolher através das entrevistas, as crianças apresentaram um rendimento escolar muito positivo. Poucas foram aquelas que precisaram, em algum momento, de um profissional para auxiliar com reforço em alguma disciplina ou que por ter um comportamento “transgressor” às regras. Todas as pessoas que se disponibilizaram às entrevistas estavam muito satisfeitas em terem escolhido o caminho adotivo para vivenciarem a parentalidade.

A vida social das crianças se expande cada vez mais, principalmente, com o crescimento e a participação nas mais diferentes atividades esportivas, culturais, das associações e também no âmbito religioso. Muitos além da língua italiana, conseguem aprender os dialetos locais (língua não oficial, mas que permanece viva de diálogo entre amigos e familiares), demonstrando uma importante absorção no ambiente sócio-cultural do país. Como podemos verificar nesta entrevista:

Pai: Ele é o líder da classe, ele é o capitão do time de futebol, ele é o primeiro em todo lugar. (...) também fala o dialeto, infelizmente, até demais! (...) Isso me faz rir ao ouvi-lo falar, ele nem tem sotaque. Faz um esforço, porém ao falar brasileiro [língua portuguesa] (...) entende tudo mas tem dificuldade em falar.

Mãe: falamos dialeto, mas ele ainda mais.

Todos os entrevistados expressaram a sensação de que o cotidiano das crianças que foram adotadas era igual ao de qualquer outra criança de sua idade. Que eles não se lembram que são adotados. Sobre possíveis medos, alguns pais revelaram que têm as mesmas preocupações que qualquer outro pai.

[Algum medo para o futuro?] Muitos! Mas aparentemente são os medos que todos os pais têm pelo seu filho!

Se se refere a medos ligados à adoção, podemos dizer não; é um tema abordado e discutido sem tabus na família. No entanto, vamos acompanhá-los, mesmo no período difícil da adolescência, o que colocará suas dúvidas e questões mais aprofundadas sobre seu passado.

Dos resultados dos dois processos de pesquisa, podemos afirmar que as adoções de crianças brasileiras por famílias italianas podem ser consideradas muito positivas. Há uma apreciação das origens pela maioria dos pais entrevistados e isso representa um fator prognóstico positivo para o sucesso da adoção.

Retomando as palavras de Luisa Quaranta que apresentamos acima, podemos afirmar que a adoção acontece entre todos os membros da nova família. Normalmente, pensamos que são os pais a adotarem os filhos. A experiência de trabalho com as famílias adotivas nos faz entender que na realidade a adoção é muito mais complexa e percorre um duplo sentido, também os filhos adotam os pais. A adoção deve acontecer neste duplo sentido pais e filhos adotando-se uns aos outros contemporaneamente.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando as considerações finais deste capítulo é interessante pontuar que o objetivo era o que realizar um breve percurso sobre os principais passos realizados para a formação da família adotiva na Itália.

A adoção é uma medida excepcional para garantir a proteção das crianças e o direito a viver dentro de uma família que possa atender às suas necessidades e assegurar seus direitos como a vida, a saúde, a alimentação, a educação, entre outros. A adoção internacional é ainda mais excepcional, por retirar a criança do ambiente comunitário, das suas raízes culturais e, muitas vezes, com mudança também no idioma que ela conhece. Sabemos que a melhor opção seria que todas as crianças pudessem viver dentro do ambiente da sua família de origem, mas isso é impossibilitado nos casos de abandono, negligência, maus tratos, entre tantas outras problemáticas. Sabemos também, que no Brasil o perfil das crianças que são adotadas a nível nacional é muito diferente das crianças que são adotadas a nível internacional. Não a caso, as listas do perfil das crianças adotáveis em relação ao perfil das crianças desejadas pelos aspirantes pais adotivos no Cadastro Nacional de Adoção são muito diferentes. Onde está o erro? Na preparação destes futuros pais adotivos que ainda insistem em ter as crianças que idealizaram? No ainda número expressivo de *adoções à brasileira* que acontece no nosso país?

Com os resultados que tivemos na construção das duas pesquisas já citadas, do qual este capítulo expõe alguns resultados, verificamos que os profissionais que trabalham nas instituições que promovem a disponibilização das crianças para a adoção internacional são ainda muito resistentes à adoção internacional. Isso não acontece somente no Brasil, mas em diferentes países no mundo. Desta forma, tornar público os resultados de pesquisas que mostrem o trabalho desenvolvido pelos profissionais dos países de acolhida podem esclarecer e dar mais segurança às equipes técnicas para a promoção da adoção internacional com países que tenham assinado a Convenção de Haia de 1993. Isto assegura um processo de adoção seguro entre estes países com práticas que possam garantir a proteção integral da criança desde a disponibilidade à adoção até o percurso que será desenvolvido pelas equipes multiprofissionais e as famílias adotivas nos países de acolhida.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Cristiane H. de P. L.; NEVES, Juliana R. G. Nacionalidade de crianças brasileiras adotadas por estrangeiros. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 143, dez 2015. Disponível em: < http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16672 >. Acesso em julho 2018.

CNN. **International adoptions in decline as number of orphans grows**. Publicada em 17/09/2013. Acessível em: <http://www.law.harvard.edu/faculty/bartholet/IA%20adoptions%20in%20decline.pdf> (06/07/2018)

FERRARIS, Anna O. **Il cammino dell'adozione**, Milano: BUR, 2002.

LAMMERANT, Isabelle; HOFSTETTER, Marlène, **Adoption: at what cost? For an Ethical Responsibility of receiving countries in intercountry adoption**, Lausanne: Terre des Hommes, 2007. Visível no site: http://www.terredeshommes.org/wp-content/uploads/2013/06/adoption_embargo.pdf (05/07/2018).

LOBBIA G., L. TRASFORINI. **Voglio una mamma e un papà – coppie omosessuali, famiglie atipiche e adozione**. Milano: Ancora / Amici dei bambini, 2006.

PALACIOS, J.; SANCHEZ-SANDOVAL, Y.; LEON, E.. **La aventura de la adopción internacional. Los datos y su significado**, Barcelona: Fundacion Teresa Gallifa, 2007.

SARACENO, C. **Coppie e famiglie – non è questione di natura**. Milão: Feltrinelli, 2012.

SARACENO, C. **Sociologia della famiglia**. Bolonha: Il Mulino, 1988.

TETI Graziella, Adozione senza abbandono e abbandono senza adozione. In: CIAI, M. CHISTOLINI, M. RAYMONDI (a cura di), **Scenari e sfide dell'adozione internazionale**, Milão: FrancoAngeli, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

